

# Terceirização de parque só atrai um consórcio

■ Empresas compram edital de Iguazu mas desistem de licitação

ELIANE EME SATO

Agência JB

CURITIBA - Apenas um consórcio, a Satis, formado por cinco empresas, apresentou propostas para terceirização dos serviços do Parque Nacional do Iguazu, em Foz do Iguazu, no Oeste do Paraná. As outras 23 empresas que compraram o edital de licitação desistiram e não apresentaram suas propostas até o prazo previsto, segunda-feira. "Isso nos causou espanto e decepção", disse a superintendente em exercício do Ibama no Paraná, Marlene Dias Carvalho.

O Parque Nacional do Iguazu, considerado patrimônio mundial pela Unesco, com 180 mil hectares de Mata Atlântica, é o mais lucrativo do país, com arrecadação anual de R\$ 5 milhões. A meta da terceirização é aumentar o número

de turistas dos atuais 2,5 mil para 8 mil por dia, além de elevar o tempo de permanência no parque por causa de novos atrativos.

Se aprovadas a habilitação e as propostas técnicas e comerciais do consórcio Satis, ele se torna automaticamente vencedor da concorrência. A homologação e a assinatura do contrato serão feitas até o fim do ano e em janeiro a empresa pode começar as obras de investimentos. O consórcio é formado pela Soifer Participações Societárias, Construtora Akyo, Tucumann Engenharia e Empreendimentos, Ilha do Sul Agência de Viagens e Suarez Incorporações.

O Ibama vendeu dois editais de R\$ 1 mil cada. Um para a administração do centro de visitantes, do estacionamento e do sistema de transportes, e outro para a construção de elevadores panorâmicos, restaurante, lanchonete e explora-

ção de produtos do parque.

Caberá ainda ao consórcio implantar atrações como mirante, elevador panorâmico, restaurante e lanchonetes, além de serviços como agência de Correios, posto bancário, posto médico, lojas e novas trilhas no parque.

"Em caso de reprovação, haverá abertura de nova concorrência pública", explicou a superintendente do Ibama. O órgão enviou ofício aos outros consórcios, alguns internacionais, perguntando por que desistiram da licitação. Algumas empresas, segundo Marlene Carvalho, teriam reclamado que o prazo de contrato de 15 anos, com possibilidade de renovação por outros 15, é curto, considerando-se os altos investimentos para atender às exigências do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Ibama.